Ensino de Sociologia no nível médio: os direitos humanos como conteúdo programático da disciplina

Elisabeth da Fonseca Guimarães¹

Início agradecendo o convite para participar do II Encontro da SBSNorte. É uma satisfação voltar a Belém, principalmente em uma situação em que vamos priorizar o ensino de Sociologia e não especificamente as demandas históricas sobre a obrigatoriedade da disciplina - uma luta que assume novos contornos, diferentes daqueles que eram prioridades três anos atrás.

Terminei o pós doutorado, aprovado pelo Cnpq, na Universidade de Brasília e o tema de minha pesquisa foi os “direitos humanos e ensino de Sociologia no nível médio”. Considero que a disciplina está vivendo um novo momento. Agora, entre as inúmeras questões que ainda precisamos resolver, o conteúdo programático e os conteúdos interdisciplinares ocupam lugar de destaque. Vou expor um pouco do que tenho refletido sobre o tema, a partir de pesquisas bibliográficas e entrevistas realizadas 12 com professores de Sociologia do ensino médio: seis do Distrito Federal e seis de Uberlândia, Minas Gerais.

Esta minha palestra é, também, um **convite**, uma **sugestão** para a que os direitos humanos como conteúdo programático de Sociologia e a Declaração Universal dos Direitos Humanos – daqui pra frente DUDH – façam parte da bibliografia e sejam trabalhados em sala de aula como material didático para as discussões das unidades do programa do ensino médio. Vou expor a primeira fase dessa proposta refletindo sobre direitos humanos básicos, expressos no documento e que se inserem em diferentes temas sociológicos. São eles: **a dignidade, a igualdade, a liberdade, o respeito e a tolerância.**

¹ Bolsista do CNPq de pós-doutorado em Sociologia da UnB no período de 01 de julho de 2009 a 31 de julho de 2010; doutora e mestre em Educação pela Unicamp; professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia – MG.

Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH - como material didático de Sociologia

Inicialmente, é preciso esclarecer que a DUDH, promulgada em 1948, é um documento que tem história. O que significa isso? Significa que é representativo das exigências do momento em que foi criado, sendo possível de ser transformado, construído e reconstruído de acordo com as necessidades do momento vivido. É resultado de uma necessidade, de um desejo, de uma reivindicação da sociedade. Como histórico, não está dado nem é definitivo; ao contrário, se expressa de modo específico, em conformidade com as expectativas do momento de sua elaboração. Esse caráter histórico é importante para professor de Sociologia do ensino médio desenvolver o conteúdo programático em sala de aula. Vamos falar sobre isso mais adiante.

Como documento físico, a DUDH é de fácil acesso. Geralmente o próprio governo se encarrega de fazer a distribuição gratuita. Contudo, mesmo sem esperar as benesses do estado, é possível imprimi-lo via internet ou mesmo encontrar publicações em que ele está incluído. Qualquer pesquisador iniciante é capaz de acessá-lo no Google. Em sua versão completa ou mesmo simplificada, a impressão não ocupa mais do que três páginas. Associa-se a esse baixo custo, o fato de ser elaborado em linguagem simples, de leitura acessível à estudantes e professores, não havendo dificuldade de compreensão em relação ao texto. O Preâmbulo e os 30 artigos não tomam mais do que 15 minutos de uma leitura corrida. No entanto, o que proponho não é um estudo exaustivo de todo o documento e nem a leitura mecânica de seus artigos. A Antropologia, a Ciência Política, a Filosofia, a História, a Geografia e a Sociologia ministradas no ensino médio são áreas presentes em uma série de artigos da Declaração, que remetem a conteúdos específicos de cada uma dessas disciplinas. O interesse desta palestra vai de encontro a direitos fundamentais, tratados pela Declaração, e que estão inseridos nos conteúdos programáticos das três subáreas das Ciências Sociais. Objetivamente, a proposta é trabalhar esses direitos como conteúdos disciplinares e interdisciplinares em sala de aula.

- Como colocar em prática essa proposta, sem que o caráter formal, jurídico, sistematizado e institucional do documento se sobreponham ao ensino das Ciências Sociais, distanciando o interesse e dificultando a participação do estudante pelo conteúdo trabalhado?

A sugestão é que seja explorada, em um primeiro momento, a interseção entre os direitos humanos básicos e o conteúdo programático de Sociologia. Estou me referindo **a dignidade, a igualdade, a liberdade, o respeito e a tolerância**. Esses direitos estão presentes na DUDH e os estudantes convivem com eles - ou com a privação deles - todos os dias; eles fazem parte de suas vidas muito mais do que eles próprios imaginam. De uma forma metafísica, são aligeirados pela indústria da propaganda, tornando-se fachada de camisetas de marca, de instituições financeiras, de negócios imobiliários; são palavras de ordem de movimentos sociais, entre outros. Vou falar resumidamente sobre o significado de cada um deles para a construção dos direitos humanos. O objetivo é convidar os professores para a trabalharem a interseção entre esses direitos e os conteúdos programáticos da disciplina.

Chamo atenção para o fato de que, embora o tratamento destinado a esses direitos, aqui nesta palestra, venha separado, na DUDH, na fala dos professores que eu entrevistei e na realidade, eles aparecem entrelaçados. É, por exemplo, impossível se falar em dignidade sem se falar de liberdade; em respeito isoladamente, sem se levar em conta a tolerância; igualdade sem dignidade e liberdade, e assim por diante. Por ordem alfabética, começo expondo sobre a dignidade como um direito fundamental aos seres humanos, para que possamos vislumbrar alguns conteúdos sociológicos com os quais é possível se estabelecer a interdisciplinaridade.

Dignidade é uma característica inerente aos seres humanos. Remete a uma postura de vida ética, responsável, coerente e libertadora dos homens na sociedade em que vivem. Um princípio antropológico que define o ser como humano. A DUDH fala de dignidade logo em seu Preâmbulo, ao evocar seu reconhecimento como inerente a todos os membros da família humana, como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Enfatiza que “todos os seres humanos nascem livres e

iguais em dignidade e direitos”. Esse reconhecimento necessário da dignidade se dá sempre em relação ao outro; exige reciprocidade. Reconheço o outro e sou por ele reconhecida como digna. Para entender o que é dignidade é interessante recorrer a Kant (1724-1804), que afirma que a dignidade é inerente aos seres humanos e está relacionada a tudo aquilo que não tem preço, isso é, que não pode ser substituído por outra coisa do mesmo valor. É intrínseca aos seres humanos, que possuem características individuais, distintas e insubstituíveis; são atributos que distinguem os seres humanos de todos os demais.

A partir da inclusão dos Direitos Humanos como conteúdo interdisciplinar de Sociologia no nível médio é possível, então, refletir sobre o conceito de pessoa, que incide diretamente sobre o cotidiano escolar dos estudantes do ensino médio. Eles precisam se autoconceberem e conceberem os colegas como pessoas, fazendo valer os princípios da reciprocidade e da responsabilidade ética sobre as experiências de suas próprias vidas. As atividades de sala de ganham significado pedagógico para eles, a partir do momento em que se reconhecem como pessoas, detentoras de tais direitos. Esse auto-reconhecimento é a exigência inicial e necessária para que os direitos humanos assumam significado para a Sociologia no nível médio.

A proposta é trabalhar o ensino da disciplina associado à construção de “uma cultura de respeito à dignidade da pessoa humana” (BENEVIDES, 2007, p. 346). A dignidade, como característica de toda pessoa humana, não aceita exclusão de natureza alguma; pressupõe a aprendizagem do respeito ao ser humano, à promoção da cooperação e da tolerância como necessárias à convivência social. A proposta é transformar a sala de aula em um espaço estratégico para o cultivo de uma postura ética e capaz de influenciar o comportamento de professores e estudantes, o modo como se relacionam, se reconhecem e autoconhecem como pessoas dignas.

A **igualdade** é o outro direito que gostaria de trabalhar aqui. O Artigo I da DUDH, ao proclamar que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, anuncia aquela que será uma das condutas básicas de todo o documento: “direitos iguais e inalienáveis a todos os membros da família humana,

entre homens e mulheres”. É uma relação de igualdade que se estabelece de pessoa a pessoa, de grupo a grupo. Contudo, considerar um grupo humano igual ao outro requer a especificação das características que os igualam. Podem ser iguais quanto ao físico, nacionalidade, idade, rendimentos, necessidades... Considerá-los desiguais, no entanto, implica em hierarquizá-los, em estabelecer padrões para classificá-los.

A partir do estudo da DUDH, tomado como uma das referências para o trabalho em sala de aula, a discussão sobre esse direito permite a reflexão sobre o antagonismo que o termo enseja: a desigualdade, como característica básica da sociedade capitalista, é fundamental para o reconhecimento das condições em que os grupos humanos se encontram.

Para o ensino de Sociologia, o pensamento de Marx (1818-1883) concebe o “direito igual”, no capitalismo, como o “direito burguês”. A partir da referência a esse pensador, uma série de situações vivenciadas pelos estudantes pode ser trabalhada, recorrendo a passagens da DUDH. Boaventura de Souza Santos, em poucas palavras, analisa o direito a igualdade em contraposição a diferença ao afirmar: “Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (BOAVENTURA, 2009, p.18). Acredito que essa frase do pensador é motivadora para se discutir uma série de conteúdos programáticos de Ciências Sociais no ensino médio.

Nas entrevistas que fiz com professores do Distrito Federal e Uberlândia sobre a possibilidade de se trabalhar os direitos humanos como conteúdo de Sociologia no ensino médio, de modo espontâneo, a igualdade foi citada a partir da relação com a desigualdade social, a liberdade, o etnocentrismo e o respeito. Na DUDH, a igualdade está diretamente vinculada à liberdade de ser, de pensar e de se posicionar de modo diverso. Entre tantos outros, o Artigo XVIII expressa essa prerrogativa ao afirmar que “toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião”. Igualdade e liberdade são direitos humanos que se complementam, não existem isoladamente na vida social. A liberdade insere-se, então, como condição necessária para que a igualdade se estabeleça. Apreender o significado desses direitos contribui para os estudantes se colocarem de forma mais racional e coerente diante do mundo em que vivem.

A **liberdade** aparece no texto da declaração como o direito que incide interdisciplinarmente sobre o ensino de Sociologia. Como entender a liberdade um direito dos seres humanos?

Para responder essa pergunta é possível recorrer aos clássicos das Ciências Sociais. John Locke (1632-1704) é um deles. Informa-nos sobre a construção do liberalismo moderno ao defender a idéia de que o homem é livre por natureza e só a partir do próprio consentimento poderá ser submetido ao poder de outro homem. Para ele, liberdade e igualdade são condições que os seres humanos desfrutam quando estão em estado de natureza; que aparecem entrelaçadas; se realizam na dependência uma da outra; que só se efetivam se vinculadas. Os homens só podem ser concebidos como iguais se, também, concebidos como livres para agir, sem depender ou pedir autorização a outro homem.

É possível, novamente, recorrer a Kant, que relacionou o conceito de liberdade à razão. Racionalmente, ele reduziu a liberdade ao que chamou de direitos inatos (BOBBIO, 1992, p. 17). É ela que dá condições ao individuo de usufruir dos demais direitos; não há direito à propriedade e à dignidade se não há liberdade. O individuo tem liberdade quando age obedecendo as leis morais, como sujeito autônomo que impõe a si mesmo, racionalmente, leis que dependem só dele.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foi um dos filósofos que inspirou o documento francês da Declaração Dos Direitos do Homem e do Cidadão. Defendeu a idéia de que o ser humano se define e se concretiza essencialmente pela liberdade. É ela que diferencia a natureza humana, que a torna específica, singular; é um dos princípios que orienta a ação moral e política dos homens. No Contrato Social, sua principal obra, publicada em abril de 1762, deixa claro: “renunciar a liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade” (ROUSSEAU, 1978, p.27).

Os professores podem recorrer ao *Emílio ou Da Educação*, estudado na faculdade, para entender a liberdade como fundamento filosófico para as práticas que inspiram a apreensão desse direito humano na experiência pedagógica. Rousseau elege a liberdade como essencial para a construção do processo pedagógico que propõe a Emílio, em uma sociedade em que as pessoas sejam livres, iguais, soberanas, atuantes.

A liberdade o direito humano que permite a interseção histórica com o iluminismo. Os filósofos desse movimento se engajaram na luta pelo direito à liberdade de expressão e à valorização da condição humana; defendiam os chamados direitos naturais, que seriam, indistintamente, aqueles inerentes a todos os seres humanos.

Para Marx, o significado de liberdade no capitalismo é contraditório. Está vinculado ao trabalhador que aparece como “homem livre” para vender sua força de trabalho em troca de um salário, diferente do servo medieval, submisso ao senhor feudal. Sua reflexão sobre a liberdade concentra-se nas características da condição humana em uma sociedade em que as relações de produção são marcadas por relações de exploração. Suas idéias propõem acabar com a separação entre o indivíduo egoísta e isolado e o indivíduo membro de uma coletividade. Para ele, a liberdade praticada no capitalismo resumia-se em direitos individualizados.

O Manifesto Comunista, um clássico de fácil acesso e entendimento pode ser utilizado como material didático, uma vez que permite ao professor trabalhar o direito humano da liberdade em consonância com a DUDH, fazendo a interseção entre questões históricas e contemporâneas.

Max Weber (1864-1920) também refletiu sobre a liberdade relacionada à cidade medieval, relacionando-a ao nascimento do capitalismo. A célebre frase “o ar da cidade é libertador” sintetiza as possibilidades vislumbradas por esse novo movimento; focaliza a cidade do final da idade média como um espaço que vai da servidão à liberdade, embalada pelo lucro monetário (WEBER, 1999). Concebida pelo sociólogo como um “estabelecimento de mercado”, a cidade representa a liberdade do servo em relação ao senhor feudal, livre da sujeição, libertado da servidão. Essa mesma liberdade que a cidade proporcionava e que impulsionava o processo de urbanização européia, não será suficientemente capaz de absorver toda a população de servos originária dos feudos.

Na DUDH, proclamada em 1948, a liberdade está presente no Preâmbulo e em diferentes artigos como condição para o reconhecimento da “dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis”. Neste texto, a liberdade é um direito que não se realiza isoladamente na vida dos seres humanos; vai além da liberdade física, aquela que é subtraída por uma série de

situações, inclusive judiciais. Sua leitura atenta permite que se apreenda, em vários artigos, a indivisibilidade entre os direitos humanos fundamentais: não há como ser livre e perder a dignidade; ou considerar-se igual aos demais indivíduos sem desfrutar da liberdade; ou mesmo ser livre e não ser respeitado como ser humano, melhor dizendo, não gozar do respeito entre os pares e considerar-se livre.

Nas falas dos professores do ensino médio que entrevistei no Distrito Federal e Uberlândia, o direito humano à liberdade foi exposto em diferentes práticas docentes. Foram falas espontâneas que mostraram como esse direito pode ser trabalhado como conteúdo interdisciplinar de Sociologia. A liberdade pode assumir um significado palpável, como, por exemplo, o momento em que a aula termina e os estudantes voltam para suas casas; ou, inversamente, quando algum(a) colega é detido(a) pela polícia. Em tais situações, fica fácil compreender o que é liberdade. As respostas dos professores, contudo, avançam e expõem possibilidades para o desenvolvimento deste direito como preliminar para o conhecimento de questões que têm se tornado cruciais na sociedade contemporânea. Etnocentrismo, racismo, preconceito, o próprio direito a Educação vinculam-se à liberdade, que assume caráter interdisciplinar no programa de Sociologia do ensino médio.

Respeito é outro direito presente na DUDH. O texto cita, logo no Preâmbulo, o ensino e a educação como responsáveis “por promover o respeito a esses direitos e liberdades”. Mas a ação de respeitar, concebida como “tratar com reverência ou acatamento; venerar, honrar” (FERREIRA, 1986, p.1495) exige materialidade para ser praticada em sala de aula. Partindo dessa constatação, como pensar a prática do respeito, a partir do conteúdo programático de Sociologia no nível médio?

O relato de uma professora de Uberlândia ilustra como o respeito foi trabalhado a partir do conteúdo Movimentos Sociais:

“Em 2008, teve um caso bem legal, uma sala de 3º ano muito agitado, tinha um menino que era homossexual, ele falou pra mim: “professora, este tema eu quero”. Aí eu falei: “tá bom Tiago, mas esse tema você vai ter que fundamentar. Não é bandeira, não é manifestação, é a Sociologia. E ele foi, fez a pesquisa sobre a história da homossexualidade no mundo, sobre as pessoas que já morreram por isso. Os colegas ficaram parados ouvindo ele

falar. Tem que respeitar. Eu encontro com ele na rua ele fala: “minha professora!”

Especificamente, neste caso, como poderia a DUDH contribuir para o desenvolvimento da temática? Pra começo de conversa, é preciso deixar claro que “os direitos humanos estão fundados na relação de pessoa a pessoa, relação essa de igualdade” (CANIVEZ, 1991, p.89). Explicando melhor, os direitos humanos, como direitos dos outros são, também, direitos de cada um, individualmente, e de todos, coletivamente. O direito à sexualidade, como condição de liberdade, manifestada na vida do estudante não pode ser proclamada de forma independente, individual. Requer o conhecimento próprio e do outro, que por sua vez, também é detentor de tais direitos. Respeitar o outro é respeitar a si mesmo, enquanto ato e efeito praticado em sala de aula.

Entre os trinta artigos da DUDH, há abrigo ao respeito à homossexualidade? Diretamente, não. O próprio caráter histórico do documento, escrito em 1948, justifica essa ausência e reclama a necessidade de atualização. Ao trabalhar esse conteúdo no interior dos Movimentos Sociais, é possível trazer a discussão para a esfera coletiva, uma vez que as manifestações de homofobias, marcadas pelo desrespeito aos homossexuais, não são fenômenos individuais e isolados; são coletivos.

A **Tolerância** aparece na DUDH não como o direito de ser tolerante ou de ser tolerado, mas como consequência de uma situação em que os direitos humanos são experimentados e praticados. Analisada de modo amplo e generalizado, a tolerância está vinculada à diversidade cultural, à democracia e à paz entre as nações. Para refletir sobre essa condição, eu recorri a Declaração de Princípios Sobre a Tolerância, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, na 28ª reunião, em 16 de novembro de 1995, em Paris. A prática da tolerância significa que toda pessoa tem livre escolha de suas convicções e aceita que o outro desfrute da mesma liberdade. Significa aceitar o fato de que os seres humanos, que se caracterizam naturalmente pela diversidade de seu aspecto físico, de sua situação, de seu modo de expressar-se, de seus comportamentos e de seus valores, têm o direito de viver em paz e de ser como são. “Significa também que ninguém deve

impor suas opiniões a outrem” (Declaração de Princípios Sobre a Tolerância, 1995, p. 2).

Para o ensino de Sociologia no nível médio, é importante pensarmos a tolerância em seu aspecto “miúdo”, que diz respeito ao dia a dia do ambiente escolar e cuja ausência pode ter conseqüências drásticas para todos que nele convivem. A escola, como lócus propício ao aprendizado da tolerância, é também um espaço que possibilita experimentar a prática inversa desse conteúdo, em inúmeras situações em que ser tolerante torna-se fundamental para a convivência coletiva.

O conteúdo da disciplina Sociologia no nível médio, por mais acadêmico e sistematizado que seja, precisa estar “atenado” às situações em que a violação dos direitos humanos coloca em risco a humanização da educação, de uma forma geral, principalmente quando acontece no ambiente escolar e é admitida como natural e esperada. A resposta de um professor do Distrito Federal cita a **intolerância** como uma prática esperada na escola e que precisa ser trabalhada academicamente pela Sociologia, a partir de análises concretas, que ocorrem no dia a dia. Para ele, discutir sobre a tolerância a partir dessas situações reais, permite aos estudantes perceberem como a realidade pode ser vivida de modo diferente do que é praticada.

O ensino de Sociologia pode contribuir para uma educação para a tolerância, em que os indivíduos saibam quais são seus direitos e suas liberdades, a fim de assegurar o respeito próprio e incentivar a vontade de proteger os direitos e liberdades dos outros. Por isso, é necessário promover o ensino da tolerância centrada em valores culturais, sociais, econômicos, políticos e religiosos da intolerância, que demonstre o quanto **não ser tolerante** pode originar violência, discriminação e exclusão (Declaração de Princípios Sobre a Tolerância, 1995, p. 3).

Conclusões e possibilidades

Nas entrevistas com os 12 professores de Sociologia do ensino médio do Distrito Federal e de Uberlândia ficou evidente que o conhecimento dos direitos humanos, de um modo geral, pouco avançou em relação às concepções

sedimentadas pelo senso comum. Não existe teorização, sistematização ou qualquer concepção mais elaborada sobre o que sejam os direitos humanos. A DUDH, um documento que poderia dar consistência à discussão, é desconhecido da maioria. Alguns não leram. Alguns leram há muito tempo atrás. Alguns não se lembram quando leram e os poucos que afirmaram que leram foram incapazes de citar uma informação mais consistente sobre qual artigo consideram mais importante. Não quero que essa constatação soe como uma crítica destrutiva. Pelo contrário, esse resultado já era esperado. A DUDH não é trabalhada na graduação, não faz parte do programa de Sociologia do ensino médio (pelo menos dos que eu conheço), não cai no vestibular. A rigor, não há nenhum incentivo ou pretexto para incluí-la como conteúdo do programa do ensino médio.

A falta de interesse e de um conhecimento mais sistematizado por parte dos professores reforça esse senso comum aligeirado, que descaracteriza os direitos humanos como uma postura de ação necessária a vivência e à sobrevivência humana. Ironicamente, os direitos humanos são tratados pela mídia de forma enviesada, jocosa, anedótica. Infelizmente, essa descaracterização surte um desastroso resultado pedagógico que acentua os equívocos e não estimula o desenvolvimento de uma concepção coerente, sistematizada e acadêmica.

A sugestão de incluir o documento da DUDH como conteúdo dos programas de Sociologia do ensino médio objetiva oferecer aos estudantes e professores um material didático de referência, capaz de trabalhar os conteúdos básicos da disciplina com os olhos voltados para problemas sociológicos reais, que constam nos artigos da declaração de 1948 e estão em pauta na sociedade em que vivemos.

Analisar sociologicamente a DUDH como material didático é um recurso que vai de encontro à formação acadêmica e humanizada do estudante. A proposta é trabalhar a humanização como uma condição, uma postura, uma atitude, um conhecimento ensinado e aprendido. Como conteúdo disciplinar, a docência da humanização tem o compromisso e a possibilidade de se desenvolver nos estudantes do ensino médio a capacidade de sensibilizarem-se diante da realidade a sua volta. É capaz de provocar a reflexão sobre fenômenos sociais imediatos e palpáveis, que exigem que o jovem se posicione frente a situações que fazem parte de sua vida, como por exemplo, o respeito ao colega homossexual; a preservação

do prédio da escola como patrimônio de todos; a valorização das manifestações culturais da comunidade local; o cuidado com as árvores do passeio público; a liberdade de religião ou opção político-partidária. O aprendizado da humanização possibilita ao estudante reconhecimento da própria humanidade a partir do reconhecimento da humanidade do outro.

A **dignidade**, a **igualdade**, a **liberdade**, o **respeito** e a **tolerância**, direitos humanos sugeridos para integrar o trabalho docente de Sociologia como conteúdos disciplinares não foram aqui expostos com a intenção de se tornarem demandas ou reivindicações para o ensino médio. Foram apresentados como conhecimentos sociológicos que os estudantes devem interiorizar e que são indispensáveis para a formação humanística dos jovens.

- São esses cinco direitos os únicos e mais importantes nesse aprendizado? Certamente, não. No entanto, eles foram escolhidos por mim, por ocuparem os diferentes espaços sociais utilizados pelos jovens na escola e fora dela. O objetivo é chamar a atenção para a possibilidade de os estudantes apreendê-los como direitos humanos que têm os significados construídos pelas Ciências Sociais e são fundamentais para se pensar uma sociedade mais humanizada.

Esses cinco direitos, volta e meia, estão estampados em anúncios, cartazes, bandeiras, camisetas que os próprios estudantes vestem. Há muito para se ensinar e aprender sobre o significado sociológico de cada um deles. O professor de Sociologia pode explorá-los em direção aos diferentes conteúdos do programa, utilizando a DUDH como referência bibliográfica complementar: uma maneira de conferir materialidade às questões tratadas pela disciplina e que comumente se tornam abstratas para os estudantes.

É importante, ainda, dizer que a sugestão de interseção entre os direitos humanos e o ensino de Sociologia **não** deve ser vista como uma possibilidade a mais. Este é um conteúdo que está inscrito teórica e conceitualmente nas Ciências Sociais e que possibilita desenvolver no estudante uma postura humanizada em relação à escola e ao mundo fora dela muito além dos contornos disciplinares.

Finalizo agradecendo mais uma vez o convite para estar aqui em Belém e espero ter contribuído para o debate sobre o ensino de Sociologia no nível médio ao propor a inclusão dos direitos humanos como conteúdo da disciplina.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, M. V. Cidadania e Direitos Humanos. Disponível em <http://www.iea.usp.br/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>.

Acesso em 25 de março de 2010.

BENEVIDES, M. V. *Direitos humanos: desafios para o século XXI*. In: SILVEIRA, R. M. Godoy (org.) *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BRASIL. Constituição Brasileira 1988. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

BRASIL. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Secretaria Especial da Presidência da República. 2008.

CANIVEZ, Patrice. *Educar o Cidadão?* Campinas: Papyrus, 1991.

COMPARATO, Fábio K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2001.

COMPARATO, Fábio K. *Fundamento dos direitos humanos*. Instituto de Estudos Avançados da USP. Disponível em www.iea.usp.br/iea/textos/comparatofundamento.pdf. Acesso em 02 de janeiro de 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, SP, Editora Abril, Col. Os Pensadores, 1973.

- MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Global, 1986.
- MARX, Karl. A Questão Judaica. In: *Manuscritos-Económico Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1964.
- ROUSSEAU, J.-J.E. *Emílio ou Da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. 2ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- SANTOS, Boaventura S. *Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade*. BRASIL, *Revista Direitos Humanos*. N. 2. Junho 2009.
- UNESCO. Declaração de Princípios Sobre a Tolerância. Paris, 16 de Novembro de 1995.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Vol.2 Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Editora UnB, 1999.